

Prevenção da criminalidade

Gey Espinheira*

Introdução

Uma relação, se não de causa e efeito, mas de variação concomitante se estabelece entre democratização e criminalidade no Brasil. Em outros países em que o Estado-nação foi afetado pelas políticas reducionistas, em prol do Estado mínimo, o fato também foi observado, o que nos leva a pensar que está no descolamento do Estado o controle da segurança pública que a criminalidade ganhou terreno, mas seríamos ingênuos se limitássemos nossas observações à drástica redução de investimentos público na segurança, sem levar em conta a crescente corrupção verificada no aparato estatal, em todos os níveis das esferas da administração pública e em todos os campo desta administração.

A escalada da corrupção, com a sua profissionalização é, inclusive, uma decorrência da abertura política que necessitava agora de recursos para que os partidos políticos pudessem chegar ao poder pela via democrática, o que aqui significava pelo voto. Angariar recursos para campanhas tornou-se um componente intrínseco do processo político e os doadores se tornaram candidatos a generosos ressarcimentos no momento futuro quando os eleitos tivessem em posições chave na estrutura institucional.

Esse pacto flexibilizou relações que até então eram cercadas de cuidados e se camuflavam ao máximo para que a transparência não revelasse as ligações de grupos econômicos com políticos, embora isso fosse do conhecimento público de forma difusa, diria, no imaginário social, como se pode ver desde as velhas críticas de Lima Barreto ao criar um

país imaginário, *A Bruzundanga*¹, publicado primeiramente em 1922, que tem como primeiro parágrafo do seu prefácio, o seguinte:

Na arte de furtar, que ultimamente tanto baralho causou entre os eruditos, há um capítulo, o quarto, que tem como ementa esta singular afirmação: “como os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões” (p.7).

E no capítulo IV, dedicado aos políticos, se lê:

O povo tem em parte razão. Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a coisas estranhas à terra que dirigem, para achar soluções às dificuldades de governo. A primeira coisa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população” (p. 49).

Paremos por aqui, pois o que já foi dito propõe muito mais e muitíssimo há neste pequeno e irônico livro que o grande romancista brasileiro do passado nos brinda. Como dissemos ontem, na abertura do IX SEMOC – Semana de mobilização científica – da Universidade Católica do Salvador, “vamos falar de coisas que nos incomodam no momento, tanto na vida presente, que a vivemos, como na vida futura, cuja inquietação experimentamos no presente. No jogo do tempo, entre as lembranças do que passou e as antecipações do que está por vir, só existe o presente, o instante, como nos diz T.S. Eliot: “e tudo é sempre agora”.²

Naquele momento defendemos a idéia de que somos o que fazemos, mas nem sempre fazemos o que queremos, tampouco queremos sempre o que fazemos. São essas contradições que nos interessam, porque é a partir delas que se pode vislumbrar mudanças na vida social, a partir da vontade, este termo que quase sempre vem acompanhado, constituindo a expressão *vontade política*, que é quase sempre o seu oposto, a ausência de vontade, de desejo de mudança, mas a reprodução de tudo o ajuda a manter no poder os políticos tradicionais.

¹ Os Bruzundangas. Porto Alegre: L&PM, 2001.

² Quatro quartetos, Burnt Norton. In Poesia completa. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004.

Vamos lembrar que dissemos que “somos movidos por desejos, por vontade. O desejo é a nossa motivação, como analisa Comte-Sponville³: “Todo ato necessita de uma causa próxima, eficiente e não final, e o desejo, como notava Aristóteles, é a única força motriz. É por isso que podemos ser felizes, é por isso que às vezes o somos: porque fazemos o que desejamos, porque desejamos o que fazemos!”

Como vimos que somos capazes de abrir mão de nossa liberdade e de adotar comportamentos condizentes com a obtenção de certas vantagens imediatas, em nosso cálculo de custo-benefício na vida cotidiana, reconheçamos que o nosso apego a valores é relativo à eficácia desses valores nas práticas da vida política, econômica, cultural e social.

Retomando a nossa análise, vamos um pouco mais longe com Comte-Sponville, nos diz ele: “toda esperança é um desejo, mas nem todo desejo é uma esperança” e na seqüência, caracterizando a esperança, diz: “uma esperança é um desejo referente ao que não temos, ou ao que não é, em outras palavras, um desejo a que *falta* seu objeto”. Lembremos, como ele nos aconselha, que toda esperança se refere ao futuro, e como o futuro não está aqui, conclui que “esperar é desejar sem gozar”.

Esperança é um termo ao qual o brasileiro se apega com muita facilidade e afincado e isso porque tem estado freqüentemente desesperado, e aprendeu, desde muito cedo, que o Brasil é o país do futuro, portanto, aquele ao qual se deve esperar. Daí a virtuosidade da esperança e a tendência crônica a transferir para o futuro os compromissos que poderiam ser do *presente*.

Mas, vamos na esteira da análise, com uma segunda característica da esperança: “uma esperança é um desejo que ignora se foi ou será satisfeito”, na seqüência, “esperar é desejar sem saber”. E chega à conclusão de que a “esperança é um desejo cuja satisfação não depende de nós” e é esta a terceira característica da esperança, cuja conclusão é: “esperar é desejar sem

³ A felicidade, desesperadamente. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

poder”. Como conclusão do que até então foi dito, diz-nos Comte-Sponville: “O que é a esperança? É um desejo que se refere ao que não temos (uma falta), que ignoramos se foi ou será satisfeito, enfim cuja satisfação não depende de nós: esperar é desejar sem gozar, sem saber, sem poder”.

O tema da IX SEMOC foi “segurança, violência e drogas”, e nos coube abrir o evento, como um outro do dia seguinte, este já no Seminário de Desenvolvimento Social, comemorativo dos 60 anos da UFBA, sob a coordenação do CRH, com o Programa de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica, e do Centro Interdisciplinar de Gestão Social para o Desenvolvimento – ADM/UFBA, na mesa redonda “construção e desconstrução da violência: riscos e compromissos de convivência e sociabilidade”, com três sub-temas: “O lugar das drogas no imaginário social” (Dr. Antonio Nery Filho); “A construção social da violência como ethos social: na contramão da convivência” (Dr. Gey Espinheira) e “Os tempos e os espaços da violência na cidade do Salvador” (Dr. Jairnilson Paim).

Em uma mesma semana, em eventos de grande mobilização, três Universidades tomam a violência e a segurança como tema de suas preocupações, o terceiro este que em agora participamos falando sobre a prevenção da criminalidade, um sub-tema em uma programação altamente sofisticada no trato da Segurança Pública com o compromisso propositivo do Seminário Segurança & Participação da UNIFACS.

Vamos pensar na sentença proposta pelo filósofo que nos guia: “não é a esperança que faz os heróis: é a coragem e a vontade” e esta conclusão vem da lição estoica por ele lembrada: “sempre queremos o que fazemos, sempre fazemos o que queremos”. Assim, novamente com Sponville e ele com Spinoza, vamos compreender que “o desejo não é falta, o desejo é potência: potência de existir, potência de agir, potência de gozar e de se regozijar. Potência, pois, por exemplo no sentido de que se fala de *potência sexual*, mas não apenas”. E,

assim, conclui o nosso filósofo; “O desejo, de acordo com Spinoza, seria essa força em nós que nos permite comer com apetite, agir com apetite, amar com apetite”.

As ordens da estrutura

Um intrincado processo obscurece a compreensão da realidade e isso por dois aspectos principais: o primeiro, pela ostensividade do diagnóstico banalizado; o segundo, pelo que há de latente e submerso como fatores causais. O que aparenta, portanto, e o que mascara, são ambos fatores de dispersão do olhar e do entendimento.

A banalidade da violência se expressa, em primeiro plano, pela frequência estatística; em segundo, pela perda de significado, este restrito aos que sofrem na proximidade afetiva aquilo que a probabilidade põe na ordem do dia como um acontecimento dentro de parâmetros esperados pela experiência da observância das tendências históricas – jamais por acaso!

Diante desse fato tão desconcertante, desconcertados não somos capazes de mudar a realidade e nos desculpamos atribuindo a misteriosas forças a responsabilidade de preservação desse estado de coisas, aceitando a inevitabilidade dos fatos, a fatalidade de um destino adverso.

Há um medo que recusa a *potenciais*, “a potencialidade é uma compilação de probabilidades das quais apenas algumas são viáveis” (Onfray, 1995, p. 77). Vamos seguir com Onfray (1975, p. 91) e ver com ele que:

todos os pensamentos reacionários ou conservadores adoram o estático: as raízes, o sol, a repetição, o bater impaciente dos pés no mesmo lugar, o enraizamento, a imutabilidade. Eles gostam daquilo que não se mexe, que dura e aniquila a carga de novidade que se encontra, presente, associada ao tempo.

É tomando tudo como sempre foi que se projeta o *sempre* será da manutenção de uma situação absolutamente indesejável como tessitura do social. Este manto que se fez e que se desfaz na eternidade, na in-conclusão: do provisório, do que se espera a disfarçar a angústia da espera ocupando no distrair a alma atormentada. Mas, vamos aproximar o nosso olhar e selecionar os pontos em que devemos focar a nossa atenção e ver a Segurança Pública sob o ponto de vista da prevenção, mas sabendo que no outro pólo um fator paradoxal atua, a impunidade – e o jogo institucional desconcertado se faz: duas policiais, duas especializações, o Judiciário e a singularidade do Ministério Público.

Um sistema ritual pouco ou nada visível pelo cidadão comum – o ser cotidiano e indiferenciado – que em seu imaginário pensa a Polícia como proteção imediata; a Justiça como a expressão do justo. E como essa subjetividade não é correspondida pela experiência prática, uma outra subjetivação toma o lugar daquela primeira: a da falência das instituições públicas de controle social da segurança do cidadão e a institucionalização do medo.

Tomemos, por exemplo, dados levantados no Rio de Janeiro e na Bahia, em que se estima em 93% a proporção de crimes, homicídios, sem conhecimento da autoria; em qualquer país desenvolvido dá-se mais que o oposto, a taxa de mistério é zero ou uma proporção absolutamente insignificante, para não falar na proporção de crimes por grupo de 100 mil habitantes.

A sociedade do “compro, logo existo”, dos consumidores válidos e daqueles outros que são falhos, como formula Bauman, e em estudo mais recente (2005, p. 20) fala em seres “redundantes”, os que são tomados como “excesso”, como “resto”, como “lixo”, como “*refugo*” que em linguagem mais corrente são denominados de *excluídos*.

Michel Onfray⁴, nos fala das pressões e das tendências para a subordinação do indivíduo transformando-o em sujeito, Galimbeti⁵, por seu lado, aborda a terrível situação em

⁴ A política do Rebelde: tratado de resistência e insubmissão. Tradução Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

que a técnica se torna o objetivo final e esta subordina a política, submetendo-a aos interesses da economia, da tecnologia. Assim, nessa perspectiva, nos tornamos impotentes porque aceitamos que sejamos dirigidos ou em vez de tomar a direção e ir para aonde verdadeiramente queremos chegar; ao invés de escolher o caminho em razão de aonde chegar, seguimos o caminho que abriram para nós e que nos leva na direção que querem que tenhamos.

Despojados de vontade, e sem a força do desejo, somos “homens ociosos”, aqueles que se submetem, como estes que Onfray aqui descreve, conseqüência da vida reduzida a condições miseráveis:

Seu destino? Esfolar galinhas ao longo do dia, polir a mesma peça durante horas, coser milhares de pontos de tecido, fundir queijos em quantidades astronômicas, limpar peixes ao longo dos anos, encaixotar peças até a aposentadoria, pintar carrocerias imersos em vapores tóxicos, passar oito horas dentro de câmara frigoríficas sob temperaturas polares, em locais frios ou superaquecidos, expostos aos miasmas e aos fedores, cortar carcaças de bichos para o esartejamento. E dormir, e voltar: oito horas por dia, cinco dias por sete, onze meses por doze e mais de quarenta anos em uma existência. O que sobra para viver? Entre a miséria e a pobreza, inquietação e medo de ser privado de sua situação e seu miserável estatuto, esses em questão perdem sua vida a tentar ganhar aquilo que lhes permitirá colocá-la novamente em jogo no dia seguinte, inexoravelmente.

Vejam que falo de um mundo miserável que aprisiona o ser, que o faz trabalhador; mas, pensemos que além desses miseráveis normalizados, trabalhadores – e estes se dão por felizes por terem trabalho – temos aqueles que estão fora do mítico *mercado de trabalho*, este campo de tortura pelo qual todos nós nutrimos uma paixão avassaladora, que a Paul Lafargue⁶ aparecia como uma verdadeira loucura, como uma patologia; e ele nos diz: “esta loucura é o

⁵ Psiche e techne: o homem na idade da técnica. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.

⁶ O direito à preguiça. Tradução J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Kairós, 1980.

amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole” (p. 17). pensemos nos sem trabalho, tantos aqueles que foram despedidos como aqueles que nunca puderam embarcar. Vamos pensar na contundência da análise de Bauman⁷ quando nos fala no ser transformado em “redundante” e nos diz:

Redundância compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “restos”, “lixo” – com refugio. O destino dos *desempregados*, do “exército de reserva de mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugio é o depósito de dejetos, o monte de lixo (p.20).

O que fizemos e o que faremos

Construímos a sociedade em que vivemos. A reproduzimos a cada instante e aqui estamos para falar do que nela não gostamos, como, em uma pobre analogia, um médico a diagnosticar uma doença e a prescrever a cura. Para fugir a essa simplificação é que comecei minha fala pela desesperança, contra esta rota de fuga que se contenta com a teimosia ad náusea da “última que morre”, enredado no *esperar* e esta espera transformada em virtude. Bruno Latour⁸ nos propõe o paradoxo de que a sociedade nos ultrapassa infinitamente e vamos encontrar o fio de Ariadne que nos guiará nas encruzilhadas do labirinto à saída da morada do Minotauro no reconhecimento da Política, mas também na consciência de que somos dominados pelo Mercado, ao qual a Política está subordinada e, mais que isso, está submissa – o que é uma forma de aceitação. Agora podemos falar de violência e compreendê-la, antes de qualquer coisa, como uma reação. Quando fracassa a política entra em cena a

⁷ Vidas desperdiçadas. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁸ Jamais fomos modernos. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

violência. Hannah Arendt⁹ definia a violência como a falta da política, como a própria corrosão da sociabilidade.

É precisamente a enorme potência desenvolvida pelo ser humano que o coloca como perigo no processo histórico de inversão em que o sujeito da história se torna sujeitado, assim como a história, pela economia e esta em expressão técnica. A soberania da técnica tudo mais subordina e a própria história é agora um projeto seu – refém da voracidade do apetite da tecnologia em seus desdobramentos –, por um lado, e por outro do capital financeiro que procura autonomamente ser a sua própria razão de existir. Esta expressão do capitalismo é a mais pura, no sentido de depurada de quaisquer simbolismos, sem qualquer maquiagem, máscara que nada esconde, mas que revela a *essência* do capitalismo como realidade nua.

A sociedade capitalista amplia, aprofunda e especializa as diferenciações levando-as ao mais alto nível de especificidades. Todos e todas as coisas são rigorosamente classificados. E, se se tem como verdadeiro que a razão humana se estabelece quando se instaura a diferença, isto é, quando determina que uma coisa não é outra (Galimberti, 2006, p.43), a sociedade capitalista é absolutamente racional: razão instrumental. Em termos sociais, as diferenciações de classes, de status; nos demais campos, de acordo com as especificidades de cada objeto, aos quais competem as técnicas apropriadas e assim são porque se adequam às especificidades seletivas.

Subordinada à economia, a política, a mais nobre das *técnicas*, (Galimberti, 2005, p.13), tem pouco poder de fogo para obstar a potência quando ela se sente apta para agir, movida por seu próprio fogo interior que a faz entrar em erupção. A ciência, como técnica, propicia o poder de fazer que só não se torna absoluto porque se depara com resistências políticas em campos específicos, como se pode exemplificar com clareza no controle das poluições pelos movimentos ambientalistas e por suas conquistas que institucionalizaram

⁹ Condition de l'homme moderne. Traduit de l'anglais par Georges Fradier; préface Paul Ricouer. Paris: Calmann-Lévy, 1994.

normas e produziram leis que limitam os poderes da Potência; outras dimensões éticas são também meios de limitação desse apetite voraz, pantagruélico, da Potência.

O campo da política é, por excelência, o do ser humano. Ao reconhecer como a *técnica regia*, Platão via na administração da sociedade humana o que há de mais nobre entre os afazeres humanos; é assim, também, para Aristóteles e modernamente endossado por Hannah Arendt. Mas, o fato é que a política tornou-se subsidiária da economia, e assim, o ser humano e seu destino estão submetidos a esse monstro que se representa na efígie do dinheiro e tudo mais dissolve com a sua capacidade de líquido a dissolver o sólido na modernidade líquida¹⁰ da absoluta vigência do capital financeiro.

Sem as três tradicionais dimensões do tempo: passado, presente e futuro, o tempo comprimido e achatado no presente permite apenas um passado *recente* e um futuro *próximo*, mas ambos os tempos comprimidos no tempo *presente*. Aqui e agora, como uma eternidade domesticada, mas sem afastar o humano, demasiadamente humano: a morte, o único limite do tempo não ultrapassado.

Quando nos distanciamos para ampliar o foco de nossas observações percebemos que o mundo que construímos está cercado de montanhas de lixo, lixo que produzimos como os moradores de Leônia, de Ítalo Calvino, tão bem analisada por Bauman, que nos revela esta extraordinária simplicidade: “desesperados, não aceitariam a simples verdade de que os odiosos montes de lixo só poderiam *não existir* se, antes de mais nada, não tivessem *sido feitos* (por eles mesmos, os leonianos!)”. (p. 9).

Condenados à liberdade

¹⁰ Cf. BAUMAN, Zygmunt (v. bibliografia).

Voltamos à questão primeira, o ser, o desejo, a vontade. Voltamos a Sartre que nos via como um projeto – nós, os condenados à liberdade, mas que dela abrimos mão por má-fé – sem fazer da sociedade um projeto para os deserdados, para os “redundantes”, para o *refugio*. Quando chegamos a ponto de transformar seres humanos em lixo, as conseqüências são imprevisíveis ou, se previsíveis, são imponderáveis. Temos, então, a primeira e grande causa do tema de nossa conversa hoje aqui, a violência. A recusa à rejeição, que denominamos freqüentemente de exclusão social.

Vamos a Bauman e ele nos fala com precisão de coisas que fizemos:

Uma sociedade que, portanto, classificava o emprego como uma chave – *a chave* – para a solução dos problemas ao mesmo tempo da identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva, da ordem social e da reprodução sistêmica. (p. 19).

Pois bem, nos referenciamos pelo trabalho e negamos a uma grande parcela da população essa possibilidade. É bem elementar que dinheiro não nasce como o capim, que é preciso trabalho para obtê-lo e que sem ele não podemos viver, mas não oferecemos a muitos, muitíssimo, o acesso ao trabalho, mesmo ao trabalho indigno e massacrante, nem mesmo essas ocupações são acessíveis, porque cada vez mais elas deixam de existir. “Compro, logo existo!” Eis o dístico da pós-modernidade, como nos anuncia Kuma Khrishan¹¹. Só é consumidor quem tem fôlego aquisitivo, que se chama *poder*. Daí, *poder aquisitivo*, consumidor válido, diante daquele outro, que o mesmo Bauman¹² vai denominar de *consumidor falho* e este como sinônimo de *sujeira social*.

¹¹ Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

¹² O Mal-estar da pós-modernidade. Tradução Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

Emendando as pontas se faz o pano de fundo da compreensão social de nossa violência cotidiana, não aquela que poderíamos chamar, como o fez Manso¹³, *rodrigueana*, a passional, a que decorre dos desastres de amor, a que deriva da inveja, da vingança. Mais de 80% dos homicídios são cometidos por razões práticas, como negócios a resolver, e assim o social se subordina a uma antipolítica, a uma não-política. A violência ocupa o lugar da omissão ou do fracasso da Política.

Nós somos o que fazemos; somos o que produzimos. A sociedade que temos é um produto nosso. Fede? Nos incomoda? Fomos nós que a fizemos, o lixo é nosso! “impossível fugir a essa dura realidade”¹⁴. Sabemos, então, do que estamos falando e não é estranho que hoje, amanhã e depois de amanhã falamos e falaremos do mesmo tema, porque ele nos acompanha e, literalmente, nos assalta, nos eventos da UCSAL, da UFBA, da UNIFACS e seu Observatório Interdisciplinar da Segurança Pública e da FTC: consumimos academicamente, violência e drogas em altas doses.

Em nossos estudos sobre violência, dentre os quais destacamos “sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador”¹⁵, aprendemos a conhecer de perto a violência como resultante da falta de mecanismos de inserção legal e digna das pessoas na sociedade, o que implica em educação e em trabalho, mas que antecedem a moradia e a qualidade de vida dos pais, estes também afetados pela precariedade do morar, do trabalho e da renda, a transmitir aos filhos o fracasso social, o bloqueio social aos *desembarcados*. A economia do crime se torna uma alternativa e quando nenhuma outra é ofertada é esta que passa a comandar a vida social marginalizada e a marginalização se organiza para competir e o crime se institucionaliza, sempre e necessariamente, com a conivência do Estado, com a corrupção. Não é possível o crime

¹³ Bruno Paes manso. O Homem X: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

¹⁴ Verso de “O dia da criação”. Vinicius de Moraes.

¹⁵ ESPINHEIRA, Gey (coordenador). Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004.

organizado sem a presença do Estado. Não é possível o tráfico de drogas sem a participação policial, não como repressão, mas como beneficiária da atividade criminosa.

Droga é um sub tema e devemos ir adiante. As drogas são coisas e, no entanto, são personalizadas, são demonizadas. Estão em nós as razões, os desejos, as vontades de consumir drogas e, então, somos nós e não elas o problema social do consumo de drogas. Quando transformamos as drogas no bandido, nos isentamos de qualquer culpa e saímos por aí como vítimas de um Lobo Mau mítico. Nós queremos as drogas porque a nossa sociedade – esta que nos oferece absolutamente tudo, desde que sejamos consumidores válidos – nos incita a emoções para além do que ela nos oferece pronta-entrega, fast-food, anulando a nossa fantasia com seus efeitos especiais sobre todas as nossas possibilidades de criação. Submetemo-nos a tudo isso e nos anulamos e perdemos o apetite e nos dizem: tenham esperança! e esperamos e ficamos contentes em saber que a esperança é a última que morre: doce eternidade dos mortais.

Mas sabemos que a questão está posta na subordinação da Política ao Mercado e a nossa libertação e toda a prevenção ao crime só poderá efetivamente ocorrer se reforçarmos a nossa vida política, e se fizermos dela a condução de nossos destinos, sem mistificações, na mais plena vigência da Democracia Participativa sob a rigorosa vigilância dos Direitos Humanos.

*Carlos Geraldo D’Andrea Espinheira, sociólogo, doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; pesquisador associado ao Centro de Recursos Humanos – CRH-UFBA; líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq. “Cultura, cidade e democracia: sociabilidade, representações e movimentos sociais”.
geyespin@ufba.br
gev.e@terra.com.br

Bibliografia

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Elegia 1938. in Sentimento do Mundo. Carlos Drummond de Andrade. Poesia e Prosa, volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988, p.73.
- ARENDRT, HANNAH. Condition de l'homme moderne. Traduit de l'anglais par Georges Fradier; préface Paul Ricoer. Paris: Calmann-Lévy, 1994.
- BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. O Mal-estar da pós-modernidade. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- COMTE-SPONVILLE, André. A felicidade, desesperadamente. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CORBISIER, Roland. Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ESPINHEIRA, Gey (coordenador). Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004.
- GALIMBERTI, Umberto. Psiche e techne: o homem na idade da técnica. Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.
- KRISHAN, Kumar. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. Tradução J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Kairós, 1980.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- MANSO, Bruno Paes. O Homem X: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MORAES, Vinicius de. "O dia da criação". In Vinicius de Moraes, poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974.
- ONFRAY, Michel. A política do Rebelde: tratado de resistência e insubmissão. Tradução Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.